

IF TRANSPARENTE: FOMENTO À PARTICIPAÇÃO ATIVA DA SOCIEDADE

Área temática: Comunicação

Coordenador da Ação: Paulo Sérgio Carnicelli¹
Autor: Simone Urnauer², Paulo Sérgio Carnicelli¹

RESUMO: A participação popular, assegurada na Constituição Federal de 1988, começa a ocorrer de fato quando o cidadão tem sua atuação voltada para o interesse da coletividade, sem se deixar abalar por interesses individuais, buscando sempre que sua participação na Administração Pública gerem benefícios à sociedade em que está inserido. Partindo desta premissa, o controle social pressupõe que haja avanços nas sociedades democráticas, colocando mudanças profundas na relação entre o Cidadão e o Estado. Na presente proposta, a intenção é maximizar as ações desenvolvidas nos anos anteriores (introdução do site do campus Ivaiporã à LAI e eventos com temas relacionados à corrupção, ética e controle social), aumentando os mecanismos de busca e de transparência ativa para a comunidade acadêmica e a sociedade, fomentando, desta maneira, sua participação ativa, sempre contando com as atividades realizadas com os servidores colaboradores e bolsistas do projeto. Com estas ações, o projeto visa proporcionar aos alunos, servidores e à comunidade oportunidades de aprenderem sobre a importância do controle social nas instituições públicas, fomentando o papel do cidadão como agente inibidor da corrupção.

Palavras-chave: participação popular, sociedade, transparência, corrupção.

1 INTRODUÇÃO

A proposta de contribuição para o desenvolvimento discente no projeto consiste, inicialmente, em fomentar junto ao aluno a consciência de fiscalização dos

1 Paulo Sérgio Carnicelli: Tecnólogo em Gestão de Agronegócios, Especializações em Administração Empresarial e Financeira com ênfase em Gestão de Pessoas (UNIVALE) e Em Gestão Pública com Habilitação em Gestão de Pessoas. Campus Ivaiporã. Instituto Federal do Paraná. E-mail: paulo.carnicelli@ifpr.edu.br

2 Simone Urnauer: Licenciatura em Letras - Português, com habilitação na Língua Espanhola pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Especialização em Gestão e Organização Escolar pela Universidade Norte do Paraná. Instituto Federal do Paraná. E-mail: simone.urnauer@ifpr.edu.br



APOIO:

Integração
que gera energia
& desenvolvimentoITAIPU
SBIACONALProjeto de Pós-graduação
em Gestão de Pessoas
da Universidade Federal
do Paraná

CO-ORGANIZAÇÃO:

UNIOESTE
Instituto Federal do ParanáINSTITUTO
FEDERAL
Paraná

REALIZAÇÃO:

UNILA | INDEX

gastos públicos, partindo do pressuposto de que quanto mais cedo ele conhece as ferramentas, então sua fiscalização inicia-se na mesma linha temporal. Desta forma, torna-se agente relevante no processo de fiscalização e utilização de forma responsável dos recursos públicos, tendo atuação como agente inibidor da corrupção.

Ao participar das ações do projeto, terá a possibilidade de conhecer desde a iniciação nos sítios de busca e transparência do Governo Federal, quanto em sua aplicação em nível de campus. Temas como a importância social dos dados abertos do governo e à Informação Pública, bem como definir o que é um dado aberto ou sigiloso serão explorados no andamento do projeto. Também será abordado o contexto dos dados abertos no Brasil e no mundo e as regras básicas para abertura de dados.

Dentro de um escopo de sua formação profissional e de conhecimento científico o discente terá a oportunidade de conhecer e ter melhores noções de armazenamento de dados, de organização do conhecimento e suas ontologias, os padrões de dados abertos e seus formatos possíveis. Além de ter acesso à interoperabilidade e as formas de publicação de dados. Também poderá aprender o básico da linguagem HTML, as principais *tags*, como criar e utilizar *hyperlinks*, como adicionar imagens, listas, tabelas, como criar *frames* e formulários.

Com a participação discente, a intenção é mostrar o importante papel das ferramentas de T.I, para a viabilização, construção e manutenção das ferramentas que dão suporte a disponibilização do acesso à informação, fazendo prevalecer à lisura, transparência e publicidade das informações de interesse público.

A proposta tem como objetivo geral, proporcionar aos orientandos oportunidade de aprender sobre a importância do controle social das instituições públicas no que diz respeito à lei de acesso à informação, com intuito de incentivar o papel do cidadão como agente inibidor da corrupção.

Partindo desse objetivo, as ações realizadas no decorrer do projeto de extensão visam afirmar a cultura de acesso à informação iniciada a partir da lei 12.527/11, propiciar a fiscalização da sociedade e comunidade do IFPR em Ivaiporã frente aos recursos públicos, conscientizar os discentes sobre o valor dos bens públicos que compõem a estrutura do IFPR Ivaiporã, promover ações afirmativas de



APOIO:

Integração
que gera energia
e desenvolvimento

CO-ORGANIZAÇÃO:



REALIZAÇÃO:



cidadania e estímulo ao pensamento crítico no campo da ética, onde se insere a transparência no setor público.

2 DESENVOLVIMENTO

O projeto intitulado “IF Transparente: Fomento à Participação Ativa da Sociedade” busca transmitir aos alunos regularmente matriculados no Instituto Federal do Paraná, seus servidores e a comunidade de Ivaiporã, por meio de mecanismos de controle social no site do campus Ivaiporã e criação de vídeos e postagens em suas redes sociais, o fomento e estímulo do debate sobre a corrupção, acrescentando a este, ações com a comunidade.

Propiciando o ambiente, condições e conhecimento, a proposta de extensão busca contribuir com as ações presentes de transparência e combate a corrupção, notadamente naquelas relacionadas à aplicação da Lei Anticorrupção (12.846 de 1 de agosto de 2013) e a Lei de Acesso à Informação (12.527 de 18 de novembro de 2011).

Desta forma, para que o alcance da sociedade seja potencializado, é fundamental o envolvimento na formação de crianças e jovens, inserindo em suas rotinas temas sobre a importância da transparência nos dados públicos, no combate às pequenas corrupções de nosso dia a dia e na busca de representatividade pelos instrumentos de controle social desde os primeiros anos da formação escolar.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Desde o início da proposta do projeto de extensão, houve duas fases: A primeira consistia em adequar o site do campus de Ivaiporã do IFPR com os requisitos mínimos para aplicação da transparência ativa, que consiste na divulgação de dados por iniciativa do próprio setor público, ou seja, quando são tornadas públicas informações, independente de requerimento, utilizando principalmente a Internet. A segunda iniciou-se com a conclusão da anterior, e prevê a manutenção da transparência ativa no site do campus e ações de extensão que possibilitem o fomento da transparência e combate à corrupção no âmbito do IFPR e na comunidade em que se insere.

Embora as informações no site do campus não pudessem ser mensuradas, pela ausência de “plug-ins” da página ou pela limitação que o formato



APOIO:

Integração
que gera energia
e desenvolvimento

CO-ORGANIZAÇÃO:



REALIZAÇÃO:



desta está disponibilizado, os coordenadores da proposta seguiram também com a criação de página na rede social “Facebook” com o intuito de atingir um número maior de pessoas.

Nele, embora as ações “curtir”, “comentar” e “compartilhar” não seja tão alta, é possível verificar nas informações analíticas da página o alcance e envolvimento das publicações. Desta forma, pode-se analisar que postagens de conteúdo relacionado a assuntos relativos à instituição costumam alcançar mais pessoas do que compartilhamento de notícias ou vídeos sobre transparência e combate à corrupção. Na tabela a seguir, é possível visualizar a diferença entre a publicação relacionada diretamente ao IFPR com mais envolvimento e àquela relacionada a outros temas dentro da proposta.

Tabela 01: Relatório de Acessos das publicações mais visualizadas.

TÍTULO	ALCANCE* (pessoas)	ENVOLVIMENTO*(pessoas)	TEMA	DATA (post)
Acompanhamento da obra de construção do Ginásio de Esportes.	425**	86	Transparência. Controle Social	05/04 02/05 20/06
Blog sobre o relato nas reuniões do Conselho Superior do IFPR.	461	113	IFPR	29/03/16
DATAPÉDIA	138	20	Dados Abertos	11/04/17
Diárias pagas em 2016.	385	108	IFPR. Transparência	07/03/17
Minicurso: A Arte de Reivindicar.	108	12	Controle Social	04/10/16
Preservação do patrimônio Público.	613	94	IFPR	14/06/16
Quanto o IFPR gastou com alimentação escolar?	210	37	IFPR Transparência	08/11/16
Relatório sobre as 30 horas no IFPR.	380	106	IFPR	18/05/16

Fonte: O Autor com base em informações do Facebook (Acesso em 05/07/2017).

*As colunas “alcance” e “envolvimento”, referem-se apenas àqueles conseguidos de maneira orgânica.

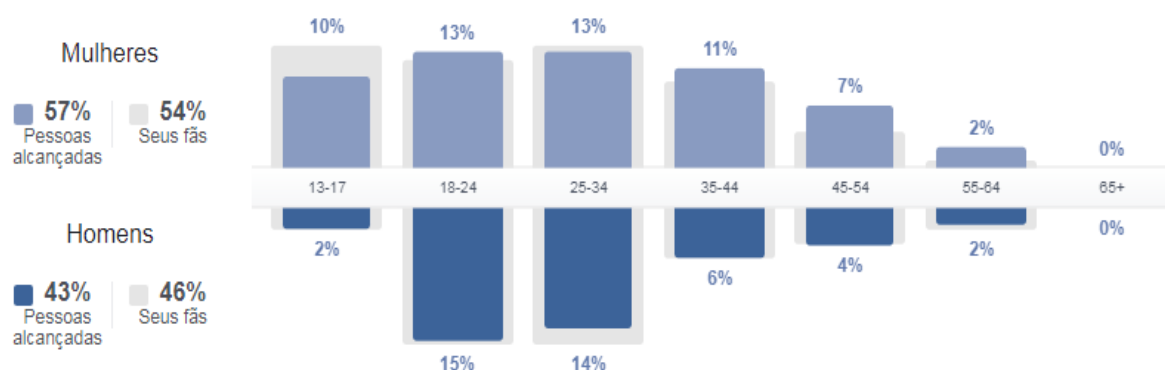
**Soma do envolvimento com as publicações de abril, maio e junho.

Além destes, também é possível verificar algumas informações demográficas em relação àqueles que acessam a página:

Figura 03: Perfil demográfico das pessoas que acessam a página.



O número de pessoas que viram qualquer conteúdo associado à sua Página por faixa etária e grupo de gênero.



Fonte: Reprodução Facebook em 05/07/2017.

Considerando que a proposta inicial do projeto era atingir alunos, servidores e a comunidade em que se insere o IFPR Ivaiporã, é possível verificar que, embora os acessos prioritários estejam cumprindo com a proposta, a abrangência destes está com alcance ainda maior, como cidades fora da região de Ivaiporã: Curitiba (PR), Londrina (PR), Foz do Iguaçu (PR), São Paulo (SP), Telêmaco Borba (PR), Joinville (SC), entre outros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação de extensão com o intuito de promover a transparência, o combate à corrupção e estimular à cidadania está entre os poucos existentes no âmbito do Instituto Federal do Paraná, podendo ser verificada essa singularidade por meio dos resultados dos editais para projetos de extensão e pesquisa.

No que concerne ao cumprimento da lei de acesso à informação, a Instituição pouco tem contribuído para que a transparência seja uma de suas principais características, conforme observação do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle em seu parecer no processo 23480.003374/2016-01 a respeito das deficiências do IFPR às normas legais:

“(...) observamos que o recorrido descumpriu procedimento básico da Lei de Acesso à Informação. Nesse sentido, recomenda-se orientar a autoridade de monitoramento competente que reavalie os fluxos internos para assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos legais.”

A transparência não está limitada apenas à maneira passiva de

requerimento, que é a disponibilização de informações públicas em atendimento a demandas específicas de uma pessoa física ou jurídica, mas deve cumprir sua forma ativa quando as informações são de interesse da comunidade interna e externa.

Como pode ser visto pela disponibilização de informações por meio da página do Projeto nas redes sociais, a comunidade acadêmica tem grande interesse nas informações que são disponibilizadas e produzidas pelo IFPR e acaba prendendo-se ou dando maior atenção a outros meios de comunicação que façam essa intermediação com credibilidade.

Diante disso, o projeto visa, por meio de vídeos, novos mecanismos de busca e produção de material nas redes sociais, incentivar que a população cobre dispositivos legais que possibilitem o acesso à informação e garantias para sua participação, promover uma cultura proativa no serviço público, fortalecer a capacidade de organização da sociedade civil e, sobretudo, desenvolver a consciência de que é preciso mudar.

REFERÊNCIAS

Caderno dos Anais do I Internacional de Contabilidade Pública, realizado em Brasília-DF, entre os dias 26 e 28 de novembro de 2007, promovido pelo Conselho Federal de Contabilidade e a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Volume Único.

BRASIL: Ministério da Transparência, Controle e Fiscalização. **Recurso contra a decisão denegatória ao pedido de acesso a informação**. Parecer nº 1957 de 19 de maio de 2016. Relator Gilberto Waller Júnior. Coordenação Geral de Recursos de Acesso à Informação.

LIRA, A. M. A.; ROSA, A. Q.; FILHO, A. B. P.; GOMES, B. P. M.; SANTOS, D. C.; e MORAES, E. Q. de. **A Educação Corporativa Aplicada ao Tribunal de Contas da União como Estímulo ao Controle Social**. 2003. Disponível em <www.tcu.gov.br>. Acesso em 07 mai 2016.

Revista do Tribunal de Contas da União, Ano 35, número 102, outubro/dezembro de 2004.

Costa, Lúcia Vânia Abrão. **A Construção da Cidadania**, páginas 7 e 8.
Neumann, Zilda Arns. **Controle Social e Cidadania**, páginas 9 a 18.



APÓIO:

Integração
que gera energia
e desenvolvimento

ITAIPU
BIBLIOTECA

Prêmio de Mérito Nacional
de Gestão
das Instituições Federais
de Ensino Superior

CO-ORGANIZAÇÃO:

UNIOESTE
Instituto de Administração e Contabilidade

INSTITUTO
FEDERAL
Paraná

REALIZAÇÃO:

UNILA | FIDEX